



EMEND
A N^o 3
868/2018

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA

MEDIDA PROVISÓRIA 868, DE 2018

TIPO

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ AGLUTINATIVA 3 ☐ SUBSTITUTIVA 4 ☐ MODIFICATIVA 5 ☒ ADITIVA

AUTOR
DEPUTADO

PARTIDO

UF

PÁGINA
01/02



Acrescenta o artigo 9 na Medida Provisória Nº 868, de 27 de dezembro de 2018:

Fica criado o Comitê Interministerial de Regulação em Saneamento Básico - Cirsb, colegiado que, sob a presidência do Ministério do Desenvolvimento Regional, tem a finalidade de garantir que a discussão e efetivação da regulação em saneamento básico ocorra com a participação de representantes de todos os entes federados, uma vez que o artigo 23, inciso IX da Constituição Federal estabelece que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promover a melhoria do saneamento básico assegurar a implementação da política federal de saneamento básico e de articular a atuação dos órgãos e das entidades federais na alocação de recursos financeiros em ações de saneamento básico.

Parágrafo único. A composição do Cirsb obedecerá aos seguintes critérios:

Art. 1º O Comitê Interfederativo de Regulação em Saneamento Básico - CIRSB tem por finalidade garantir a manifestação dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União, antes da publicação de normas de referência nacionais para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico pela Agência Nacional de Águas - ANA.

Art. 2º. O CIRSB, cuja organização será definida em regulamento, será composto por representantes da União, Estados, do Distrito Federal e Municípios, titular e suplente, com mandato de dois anos, permitida recondução e a destituição a critério da autoridade titular da indicação, com a seguinte composição:

I - um representante da Secretaria de Governo da Presidência da República;

II - um representante da Casa Civil da Presidência da República;

III – o Ministro de Desenvolvimento Regional, que o presidirá;

IV – um representante da Agência Nacional de Águas, que será o Secretário-Executivo;

V - um representante do Comitê Interministerial de Saneamento Básico;

VI - seis representantes dos municípios, sendo um de cada região do país e um representante de capitais de estados e dos municípios com população superior a 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

VII – três representantes dos estados e do Distrito Federal;

§ 1º Os representantes dos órgãos e das entidades mencionados nos

incisos I a V do caput serão indicados pelos respectivos Ministros de Estado.

§ 2º Os representantes regionais dos municípios previstos no inciso VII do caput serão indicados pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM e o representante de capitais de estados e dos municípios com população superior a 500.000 (quinhentos mil) habitantes será indicado pela Frente Nacional dos Prefeitos – FNP;

§ 3º Os indicados para o CIRSB referente aos incisos VI e VII do caput deverão possuir notório conhecimento da legislação de saneamento básico;

§ 4º Os representantes dos estados serão escolhidos nos termos do regulamento;

§ 5º O CIRSB aprovará seu regimento interno;

§ 6º O CIRSB terá uma Secretaria Executiva, órgão integrante da estrutura da ANA, que lhe prestará apoio operacional;

Art. 2º Compete ao CIRSB:

I - promover a articulação dos entes públicos para a promoção das normas de referência nacionais para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, elaboradas pela ANA;

II - zelar pela implementação da Lei nº 11.445/2007, a Lei de Saneamento Básico –;

III – apreciar todas as propostas de normas de referência nacionais para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, elaboradas pela ANA, apresentando, quando considerar oportuno, recomendações para melhoria das proposições;

JUSTIFICATIVA

Considerando que a criação do Comitê Interministerial de Saneamento Básico – Cisb, tem como foco a organização administrativa da implementação da política federal de saneamento básico, há que se criar outra instância que assegure a participação dos Estados e Municípios, uma vez que o artigo 23, inciso IX da Constituição Federal estabelece que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promover a melhoria do saneamento básico.

Assim sendo, é direito constitucional garantir a oitiva dos Estados e Municípios, por meio do Comitê Interministerial de Regulação em Saneamento

Básico, visando o aprimoramento das diretrizes de saneamento a serem criadas pela Agência Nacional de Águas, bem como efetivará sua governança de forma adequada

Ademais, a participação de representantes municipais possibilitará legitimidade às diretrizes e permitirá que as diferenças regionais sejam consideradas e respeitadas, razões pelas quais tornam o Cirsb fundamental para o país.

Por essas razões, apresento a emenda.



DATA	_____	ASSINATURA
------	-------	------------

